



PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS
PODER EXECUTIVO
Assessoria Jurídica

PARECER JURÍDICO

Assunto: Parecer da Dispensa de Licitação nº 015/2021

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PLACAS requereu Parecer Jurídico á cerca do processo de Dispensa de Licitação nº 015/2021, que tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de logística para atender pedidos e requisições da Secretaria de Saúde de Placas, em Brasília no Distrito Federal.

Verifico que todos os documentos imprescindíveis para a autorização da realização da referida dispensa de licitação, se encontram nos autos, demonstrando a necessidade da realização do serviço, além do valor anual que será pago de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), divididos em 10 (dez) parcelas de R\$ 1.200,00.

Verifico a existência de dotação orçamentária própria para a realização da despesa, bem como o acolhimento do setor contábil para assegurar o financiamento do contrato.

Dessa forma, não há como emitir parecer contrário referente ao pedido desta Presidente da CPL, por força do inciso X do Art. 24 da Lei de Licitações, senão vejamos:

Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

CONCLUSÃO

Por conta disto, esta assessoria jurídica do Município de Placas, é favorável a declaração de legalidade da presente dispensa de licitação, com base no Art. 24, II da Lei de Licitações.

É o Parecer.
Salvo Melhor Juízo.

Placas - PA, em 16 de março de 2021.

FRANCISCO ANTONIO TEIXEIRA SANTOS
OAB/PA nº 7.789
Advogado

